

Ventos de Santo Eloy Holding S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em

31 de dezembro de 2025



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	13
1 Contexto operacional.....	13
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	13
3 Gerenciamento de riscos.....	22
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	23
5 Aplicações financeiras vinculadas (Consolidado).....	24
6 Contas a receber de clientes (Consolidado).....	24
7 Imobilizado (Consolidado).....	25
8 Investimentos (Controladora).....	25
9 Empréstimos e financiamentos (Consolidado).....	26
10 Patrimônio líquido.....	28
11 Receita líquida de vendas (Consolidado).....	29
12 Custos operacionais (Consolidado).....	29
13 Despesas gerais ou administrativas.....	29
14 Resultado financeiro.....	29
15 Partes relacionadas.....	30
16 Instrumentos financeiros.....	31
17 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado).....	33
18 Contingências.....	34
19 Eventos subsequentes.....	34



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de Santo Eloy Holding S.A.
Maracanaú (CE)**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de Santo Eloy Holding S.A. ("Companhia") e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos de Santo Eloy Holding S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 13 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.552	6.505	120	15
Contas a receber de clientes	6	4.795	2.373	—	—
Dividendos a receber	15	—	—	2.645	744
Partes relacionadas - outros créditos	15	—	1.373	—	—
Outros créditos		486	587	3	114
Total do Ativo Circulante		16.833	10.838	2.768	873
Aplicações financeiras vinculadas	5	11.971	11.318	—	—
Outros créditos		450	—	—	—
Realizável à longo prazo		12.421	11.318	—	—
Investimento	8	—	—	60.281	58.578
Imobilizado	7	162.129	170.038	—	—
		162.129	170.038	60.281	58.578
Total do Ativo Não Circulante		174.550	181.356	60.281	58.578
Total do Ativo		191.383	192.194	63.049	59.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Eloy Holding S.A.
Balanças Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores		1.228	530	—	—
Dividendos a pagar	15	2.641	744	2.641	744
Empréstimos e financiamentos	9	6.266	5.738	—	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	15	271	349	—	—
Obrigações fiscais		509	242	—	—
Imposto de renda e contribuição social	17	369	344	—	—
Outras contas a pagar		1.654	1.109	—	—
Total do Passivo Circulante		12.938	9.056	2.641	744
Empréstimos e financiamentos	9	117.562	124.431	—	—
Outras contas a pagar		475	—	—	—
Total do Passivo Não circulante		118.037	124.431	—	—
Total do Passivo		130.975	133.487	2.641	744
Patrimônio líquido	10				
Capital social		49.776	49.776	49.776	49.776
Reserva legal		2.710	2.154	2.710	2.154
Reserva de lucros a distribuir		7.922	6.777	7.922	6.777
Total do Patrimônio Líquido		60.408	58.707	60.408	58.707
Total do Passivo e Patrimônio líquido		191.383	192.194	63.049	59.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida operacional	11	41.363	34.394	—	—
Custos operacionais	12	(17.983)	(18.516)	—	—
Lucro bruto		23.380	15.878	—	—
Despesas gerais ou administrativas	13	(1.565)	(1.499)	(29)	(30)
Outras despesas operacionais		(1.447)	(675)	—	—
Despesas operacionais		(3.012)	(2.174)	(29)	(30)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		20.368	13.704	(29)	(30)
Receitas financeiras	14	2.819	1.416	15	34
Despesas financeiras	14	(9.820)	(10.441)	(3)	(2)
Resultado financeiro		(7.001)	(9.025)	12	32
Resultado de equivalência patrimonial	8	—	—	11.136	3.132
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		13.367	4.679	11.119	3.134
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(2.248)	(1.545)	—	—
Lucro do exercício		11.119	3.134	11.119	3.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	11.119	3.134	11.119	3.134
Outros resultados abrangentes - ORA	—	—	—	—
Resultado abrangente total	11.119	3.134	11.119	3.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		49.776	1.997	4.544	—	56.317
Lucro do exercício		—	—	—	3.134	3.134
Destinação do Lucro						
Reserva legal	10	—	157	—	(157)	—
Dividendos obrigatórios	10	—	—	—	(744)	(744)
Reserva de lucros a distribuir	10	—	—	2.233	(2.233)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024		49.776	2.154	6.777	—	58.707
Lucro do exercício		—	—	—	11.119	11.119
Destinação do Lucro						
Reserva legal	10	—	556	—	(556)	—
Dividendos obrigatórios	10	—	—	—	(2.641)	(2.641)
Dividendos adicionais distribuídos	10	—	—	(6.777)	—	(6.777)
Reserva de lucros a distribuir	10	—	—	7.922	(7.922)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		49.776	2.710	7.922	—	60.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício		11.119	3.134	11.119	3.134
Ajustes para:					
Depreciação	7	8.805	8.805	—	—
Equivalência patrimonial	8	—	—	(11.136)	(3.132)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	9.157	9.811	—	—
Rendimento de aplicações	5	(1.442)	(1.062)	—	—
Resultado da baixa de imobilizado	7	—	36	—	—
Apropriação do custo de captação	9	651	581	—	—
Imposto de renda e contribuição social	17	2.248	1.545	—	—
Outros		491	455	—	—
		31.029	23.305	(17)	2
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(2.422)	370	—	—
Outros créditos		(1.076)	(952)	111	(32)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		1.295	709	—	(2)
Fornecedores		698	434	—	—
Obrigações fiscais		267	32	—	—
Outras contas a pagar		1.019	(136)	—	—
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		30.810	23.762	94	(32)
Impostos pagos sobre o lucro	17	(1.777)	(984)	—	—
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		29.033	22.778	94	(32)

Ventos de Santo Eloy Holding S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgates de aplicações financeiras	5	580	916	–	–
Dividendos recebidos	8	–	–	7.532	2.696
Aquisição de imobilizado	7	(896)	(16)	–	–
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		(316)	900	7.532	2.696
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos a acionistas	10	(7.521)	(2.683)	(7.521)	(2.683)
Pagamentos de principal - empréstimos e financiamentos	9	(5.882)	(5.174)	–	–
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	9	(9.294)	(9.759)	–	–
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	9	(973)	(1.184)	–	–
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(23.670)	(18.800)	(7.521)	(2.683)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		5.047	4.878	105	(19)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	6.505	1.627	15	34
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	11.552	6.505	120	15
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		5.047	4.878	105	(19)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Ventos de Santo Eloy Holding S.A. ("Companhia"), com sede em Maracanaú (CE), foi constituída em 21 de fevereiro de 2011, e tem como objeto social participar como acionista do capital social de sua controlada, que possui empreendimento no setor de energia renovável.

Sua controlada têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui, 50,4MW de capacidade instalada, está localizado em Campo Formoso (BA) e entrou em operação comercial plena a partir de 22 de agosto de 2020. A Controlada comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, através de contratos de longo prazo.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia não apresentava julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **2.8 Ativo imobilizado (Consolidado)** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controlada e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da controlada abaixo:

Controlada	Empreendimentos	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% do Capital Social	
					31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ventos de Santo Eloy Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Januário 22	Campo Formoso (BA)	22 de fevereiro de 2011	Operacional	Controlada	Controlada	100%	100%

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e sua controlada classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada não transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e sua controlada realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, dividendos a receber, partes relacionadas - outros créditos e aplicações financeiras vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar, outras contas a pagar e partes relacionadas - outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada.

2.8 Ativo imobilizado (Consolidado)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados aos empreendimentos, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para as unidades geradoras dos empreendimentos, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da controlada.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e sua controlada operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar. Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social, quando aplicáveis, são registrados na Companhia. Na data-base das demonstrações financeiras, a controladora não possui diferenças temporárias.

O imposto de renda da controlada foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento (Consolidado)

A controlada cessou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, em razão do início pleno da fase operacional dos empreendimentos, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.12 Receita operacional (Consolidado)

A receita operacional do curso normal das atividades da controlada é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A controlada reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso da controlada, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da controlada são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.13 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos juros pagos sobre financiamentos de longo prazo nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Até 31 de dezembro de 2024, a Administração classificava os juros pagos sobre financiamentos de longo prazo como atividade operacional nas demonstrações dos fluxos de caixa. A partir de 1º de janeiro de 2025, modificou-se a classificação dos respectivos juros para atividades de financiamento. Neste contexto, adotou-se esta mudança com o propósito de representar de forma fidedigna a transação no contexto destas demonstrações financeiras conforme sua natureza, uma vez que tais dívidas foram contratadas para viabilizar a construção do empreendimento (CAPEX) da controlada, e serão liquidadas no longo prazo. Como efeito, a Companhia efetuou a reclassificação dos juros pagos divulgados em 31 de dezembro de 2024, da seção de atividades operacionais para atividades de financiamentos nas demonstrações comparativas consolidadas dos fluxos de caixa, representando R\$9.759, conforme tabela abaixo:

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024	Consolidado		
	Saldo original	Ajustes	Saldo atual
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(9.759)	9.759	–
Outros	22.778	–	22.778
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	13.019	9.759	22.778
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento	900	–	900
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	–	(9.759)	(9.759)
Outros	(9.041)	–	(9.041)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(9.041)	(9.759)	(18.800)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	4.878	–	4.878

2.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia e sua controlada também estão avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras normas contábeis: não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia e sua controlada aplicam a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. ("CDV"), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, credores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, a Administração restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da controlada, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e sua controlada não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. O principal passivo financeiro contratado é o empréstimo apresentado na [Nota 9](#).

A Companhia e sua controlada monitoram o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações têm nos ganhos da Companhia e sua controlada, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia e sua controlada não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024, exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. O empréstimo contratado pela controlada possui riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	10.785	Baixa do CDI	10.426	10.087
Efeito no resultado	1.319		960	621
Aplicações financeiras vinculadas	11.971	Baixa do CDI	11.579	11.209
Efeito no resultado	1.442		1.050	680
Empréstimos e financiamentos	(132.551)	Alta do IPCA	(134.992)	(137.444)
Efeito no resultado	(9.157)		(11.598)	(14.050)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	767	380	3	4
Fundo de investimentos - restritos (a)	10.785	6.125	117	11
Total	11.552	6.505	120	15

- (a) A Companhia e sua controlada possuíam aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a (11,25% a.a. acumulado em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras vinculadas (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações vinculadas - Fundo de liquidez BNB	9.448	9.052
Aplicações vinculadas - Conta Reserva de O&M	2.523	2.266
Total	11.971	11.318
Ativo não circulante	11.971	11.318

As aplicações financeiras são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") em contas de fundo de liquidez constituídos por meio do Contrato de Financiamento com o mesmo banco firmado em 30 de novembro de 2018 pela controlada. Tais recursos serão mantidos por todo período do mesmo instrumento e são uma garantia do empréstimo, podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas aos respectivos contratos de financiamentos em caso de inadimplência. Os valores são aplicados em fundos de investimentos em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 13,35% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (10,12% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

b. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	11.318	11.331
Rendimento de aplicações	1.442	1.062
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(209)	(159)
Resgates de aplicações financeiras	(580)	(916)
Saldos finais	11.971	11.318

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia - terceiros	4.692	2.373
Venda de energia - partes relacionadas (nota 15)	103	—
Total	4.795	2.373

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A controlada não apresentava títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

7 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Torres anemométricas	10,00%	222	(150)	72	95
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	205.136	(47.316)	157.820	166.266
Edificações	3,33% a 4%	4.370	(859)	3.511	3.660
Móveis e utensílios	6,25%	25	(9)	16	17
Imobilizado em andamento	—%	710	—	710	—
Total		210.463	(48.334)	162.129	170.038

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	Adições	Depreciação	31/12/2025
Torres anemométricas	95	—	(22)	73
Máquinas e equipamentos	166.266	186	(8.632)	157.820
Edificações	3.660	—	(149)	3.511
Móveis e utensílios	17	—	(2)	15
Imobilizado em andamento	—	710	—	710
Total	170.038	896	(8.805)	162.129

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2024
Torres anemométricas	154	—	(36)	(23)	95
Máquinas e equipamentos	174.882	16	—	(8.632)	166.266
Edificações	3.808	—	—	(148)	3.660
Móveis e utensílios	19	—	—	(2)	17
Total	178.863	16	(36)	(8.805)	170.038

8 Investimentos (Controladora)

a. Composição do saldo

Controlada	31/12/2025	31/12/2024
Ventos de Santo Eloy Energias Renováveis S.A.	60.281	58.578
Total	60.281	58.578

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 1º de janeiro	58.578	56.190
Equivalência patrimonial	11.136	3.132
Distribuição de lucros	(9.433)	(744)
Saldos em 31 de dezembro	60.281	58.578

Durante o exercício de 2025 a controlada efetuou pagamentos à controladora a título de distribuição de lucros no montante de R\$7.532 (R\$2.696 em 31 de dezembro de 2024) dos quais R\$6.788 se referem a dividendos adicionais, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") em 17 de outubro de 2025, e R\$744 relativo aos dividendos mínimos obrigatórios de 2024.

c. Saldos da controlada

Descrição	% Participação	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		191.258	192.063
Passivo		130.977	133.485
Patrimônio líquido	100%	60.281	58.578
Resultado		11.136	3.132

9 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Em 30 de novembro de 2018, a controlada celebrou contrato de financiamento com o BNB destinado à implantação do empreendimento no valor de R\$183.436, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE").

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 2,27% a.a. O período total de pagamento é de 215 meses, sendo a primeira prestação liquidada em 28 de fevereiro de 2021 e a prestação final a vencer em 15 de dezembro de 2038.

Os *covenants* do contrato firmado são aqueles usuais (não financeiros) para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB, e a garantia dele se dá por meio de fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento, e por conta reserva (fundo de liquidez).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a controlada encontrava-se adimplente com os *covenants* estabelecidos no contrato.

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
BNB	132.551	138.571
(-) Custos de captação	(8.723)	(8.402)
Total	123.828	130.169

b. Movimentação da conta

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 1º de janeiro	130.169	135.894
Juros incorridos	9.157	9.811
Pagamento de principal	(5.882)	(5.174)
Pagamento de juros	(9.294)	(9.759)
Apropriação do custo de captação	651	581
Custo de captação pago no exercício	(973)	(1.184)
Saldos em 31 de dezembro	123.828	130.169
Circulante	6.266	5.738
Não Circulante	117.562	124.431

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
2026	—	—%	6.611	5%
2027	6.650	5%	6.650	5%
2028	6.628	5%	6.628	5%
2029	7.336	6%	7.336	6%
2030	8.085	6%	8.085	6%
2031	8.900	7%	8.900	7%
2032	9.739	8%	9.739	7%
2033	10.705	9%	10.705	8%
2034	11.553	9%	11.553	9%
2035	12.622	10%	12.622	10%
2036	13.756	11%	13.756	10%
2037	14.969	12%	14.969	11%
2038	14.720	12%	14.720	11%
Total parcelas - longo prazo	125.663	100%	132.274	100%
(-) Custo de transação - longo prazo	(8.101)		(7.843)	
Saldo total - longo prazo	117.562		124.431	

10 Patrimônio Líquido

O capital social integralizado é de R\$49.776 em 31 de dezembro de 2025 (R\$49.776 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 49.776.187 ações, sendo 29.327.000 ações ordinárias e 29.327.000 ações preferencias, nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Casa dos Ventos S.A.	3,09%	1.540	15.404.934	3,09%	1.540	15.404.934
FLS RDV Subholding S.A.	95,10%	47.337	25.385.855	95,10%	47.337	25.385.855
Air Liquide Brasil Ltda.	1,81%	899	8.985.398	1,81%	899	8.985.398
Total	100,00%	49.776	49.776.187	100,00%	49.776	49.776.187

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, destaca-se que ao final de cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$2.641 (R\$744 em 31 de dezembro de 2024).

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	11.119	3.134
(-) Reserva legal (5%)	(556)	(157)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	10.563	2.977
Dividendos propostos	2.641	744

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$556 (R\$157 em 31 de dezembro de 2024), conforme tabela acima.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$7.922 (R\$2.233 em 31 de dezembro de 2024).

Dividendos adicionais distribuídos

Em 30 de abril de 2025, por meio de Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), deliberou-se sobre a distribuição de dividendos adicionais aos acionistas da Companhia no montante de R\$2.233.

Em 17 de outubro de 2025, por meio de AGE, deliberou-se sobre a distribuição de dividendos adicionais aos acionistas da Companhia no montante de R\$4.544.

Dividendos pagos a acionistas

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou pagamentos a título de dividendos no montante de R\$7.521 (R\$2.683 em 31 de dezembro de 2024).

11 Receita líquida de vendas (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	42.926	35.697
PIS e Cofins sobre vendas	(1.563)	(1.303)
Total	41.363	34.394

12 Custos operacionais (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custos com pessoal	(406)	(369)
Energia comprada	(4.690)	(5.447)
Depreciação	(8.805)	(8.805)
Seguros	(491)	(455)
Gastos com propriedades	(619)	(915)
Gastos com manutenção	(1.604)	(1.219)
Outros custos	(1.368)	(1.306)
Total	(17.983)	(18.516)

13 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços - pessoa jurídica (a)	(1.544)	(1.475)	(20)	(19)
Outras despesas gerais ou administrativas	(21)	(24)	(9)	(11)
Total	(1.565)	(1.499)	(29)	(30)

(a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2025, R\$ R\$1.492 e R\$13 se referem a pagamentos de consultoria à CDV no consolidado e na controladora, respectivamente (R\$1.423 e R\$12 em 31 de dezembro de 2024, no consolidado e na controladora, respectivamente), conforme citado na Nota 15(a).

14 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações	2.781	1.374	14	2
Outras receitas financeiras	38	42	1	32
Total	2.819	1.416	15	34
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(9.157)	(9.811)	–	–
Apropriação do custo de captação	(651)	(584)	–	–
Outras despesas financeiras	(12)	(46)	(3)	(2)
Total	(9.820)	(10.441)	(3)	(2)
Resultado financeiro	(7.001)	(9.025)	12	32

15 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	103	1.373	2.645	731
Contas a receber de clientes	103	—	—	—
Venda de energia (nota 6) (c)	103	—	—	—
Partes relacionadas - outros créditos	—	1.373	—	—
Transações de condomínios (b)	—	1.373	—	—
Dividendos a receber	—	—	2.645	731
Dividendos a receber de controladas	—	—	2.645	731
Passivo	2.864	1.080	2.593	731
Partes relacionadas - outras contas a pagar	271	349	—	—
Transações de condomínio (b)	266	344	—	—
Serviços tomados – pessoa jurídica (a)	5	5	—	—
Dividendos a pagar	2.593	731	2.593	731
Dividendos a pagar a acionistas	2.593	731	2.593	731
Resultado	903	3.430	(13)	(12)
Receita líquida de vendas	3.023	5.707	—	—
Venda de energia (c)	3.023	5.707	—	—
Custos operacionais	(628)	(838)	—	—
Energia comprada (c)	(561)	(786)	—	—
Custos com manutenção de torres (a)	(67)	(52)	—	—
Despesas gerais ou administrativas	(1.492)	(1.423)	(13)	(12)
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(1.492)	(1.423)	(13)	(12)
Despesas financeiras	—	(16)	—	—
Juros sobre mútuos	—	(16)	—	—

- (a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada possuíam operações com partes relacionadas decorrente de contrato de prestação de serviços firmado com a CDV.
- (b) A controlada possuía despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias até a sua liquidação.
- (c) A controlada possuía operações de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

A Companhia não efetua diretamente pagamentos de remuneração aos membros de sua Administração, os quais renunciam à remuneração pelo exercício de seus cargos na Companhia em seus termos de posse. A remuneração, é suportada diretamente pelo acionista que indicou o respectivo administrador. Especificamente quanto aos administradores indicados por Casa dos Ventos S.A., a remuneração é paga diretamente por essa acionista e, posteriormente, apropriada às suas controladas, incluindo a Companhia, por meio de rateio. Tais valores são registrados pela Companhia como serviços tomados, classificados em despesas gerais e administrativas, conforme aplicável. Os montantes incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontram-se divulgados na nota explicativa correspondente às demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

Descrição	Mensuração do valor justo	Consolidado				Controladora			
		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		11.552	11.552	6.505	6.505	120	120	15	15
Contas a receber de clientes		4.795	4.795	2.373	2.373	—	—	—	—
Dividendos a receber		—	—	—	—	2.645	2.645	744	744
Partes relacionadas - outros créditos		—	—	1.373	1.373	—	—	—	—
Aplicações financeiras vinculadas		11.971	11.971	11.318	11.318	—	—	—	—
Fornecedores		(1.228)	(1.228)	(530)	(530)	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(123.828)	(132.551)	(130.169)	(130.169)	—	—	—	—
Dividendos a pagar		(2.641)	(2.641)	(744)	(744)	(2.641)	(2.641)	(744)	(744)
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(271)	(271)	(349)	(349)	—	—	—	—
Outras contas a pagar		(2.129)	(2.129)	(1.109)	(1.109)	—	—	—	—
Total		(101.779)	(110.502)	(111.332)	(111.332)	124	124	15	15

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada não apresentavam instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de Nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimos e financiamentos (BNB)	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

17 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda corrente	(1.533)	(1.035)
Contribuição social corrente	(715)	(510)
Total	(2.248)	(1.545)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	42.926	35.697
Alíquota de presunção (IRPJ)	8 %	8 %
Lucro presumido	3.434	2.856
Outras receitas não operacionais	2.804	1.382
Alíquota vigente	25 %	25 %
Imposto de renda corrente	(1.533)	(1.035)
Alíquota de presunção (CSLL)	12 %	12 %
Lucro presumido	5.151	4.284
Outras receitas não operacionais	2.804	1.382
Alíquota vigente	9 %	9 %
Contribuição social corrente	(715)	(510)
Alíquota efetiva	(16,8)%	(33,0)%

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	344	253
Imposto de renda e contribuição social no exercício	2.248	1.545
Impostos pagos sobre o lucro	(1.777)	(984)
Compensações no exercício	(446)	(470)
Saldos finais	369	344

18 Contingências

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas. A Administração revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliaram não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

19 Eventos subsequentes

Em 27 de fevereiro de 2026, a Salobo Metais S.A. exerceu a opção de compra de ações que detinham em decorrência do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças celebrado com a Casa dos Ventos S.A., adquirindo 15.404.934 ações ordinárias classe B, correspondendo a 3,09% do capital social.

* * *